

---

## MP-RJ vai discutir regras para leniência no estado

Finalmente empresários e advogados poderão saber com clareza os caminhos que o Ministério Público do Rio de Janeiro enxerga para os acordos de leniência no estado. O posicionamento institucional do órgão sobre o acordo entre empresas acusadas de crimes e o Estado será debatido no próximo dia 2 de setembro.

Os caminhos serão apresentados e discutidos no seminário "["O papel do Judiciário na Retomada do desenvolvimento do Rio de Janeiro"](#)", organizado pelo site **ConJur**. O evento será na Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (Emerj). **Clique [aqui](#) para fazer sua inscrição.**

Participarão do debate o ministro do STJ Antonio Saldanha; o procurador-geral de Justiça do RJ, Eduardo Gussem; a presidente do TCE-RJ, Marianna Willeman; o controlador-geral do Estado, Bernardo Barbosa; o desembargador Abel Gomes; Marcelo Buhatem, desembargador do TJ-RJ; a promotora Patrícia Vilela, redatora da minuta da regulamentação; o ex-diretor-geral da PF e advogado Leandro Daiello; a advogada Ana Tereza Basílio; os advogados Gustavo Branco, Paulo Cezar Pinheiro Carneiro e Fabio Medina Osório, ex-advogado-geral da União.

Os palestrantes falarão sobre as novas relações entre Estado e empresas; a regulamentação da leniência estadual; a resistência das empresas; as proteções ao colaborador e ao delatado; dentre outros.

Vale lembrar que o país tem 14 mil obras públicas paradas esperando o desenrolar de processos na Justiça, 1,3 mil só no Rio. Hoje, 8 estados e 17 capitais brasileiros ainda não têm a lei anticorrupção regulamentada. Com a atual paralisia nas negociações entre companhias e a administração pública, R\$ 132 bilhões deixam de ser investidos pelo setor público em todo o Brasil.

O evento acontecerá no auditório da Emerj, das 9h às 19h. O seminário será transmitido online no Youtube da **ConJur**, e dos sites *Jusbrasil* e *Jus Navigandi*.

**Clique [aqui](#) para fazer a inscrição.**

Veja as opiniões dos ministros Dias Toffoli (STF) e Napoleão Nunes Maia (STJ), do advogado-geral da União André Mendonça e do subprocurador-geral da República Nicolao Dino sobre o tema:

*\*Texto alterado às 12h34 do dia 1 de setembro de 2019 para correção.*

**Date Created**

26/08/2019